

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8300 – E-mail: licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 576/2025

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para a **prestação contínua de serviços de transporte escolar**, com veículo e motorista, **por quilômetro rodado**, para atendimento dos alunos da rede municipal de ensino no **ano letivo de 2026**, contemplando itinerários/linhas nos Distritos de **Vila Paraíso e Ouro Verde**, conforme rotas, quilometragens estimadas e demais condições definidas no Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 221.520,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/03/2026, às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.013/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, com apoio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e do Agente de Contratação constituído pela Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberta e fechada, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de contratação:** Licitação (Pregão Eletrônico) para contratação de **serviços comuns**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para a **prestação contínua de serviços de transporte escolar**, com disponibilização de **veículo e motorista, por quilômetro rodado**, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino no **ano letivo de 2026**, contemplando itinerários/linhas nos Distritos de **Vila Paraíso e Ouro Verde, por item**, conforme especificações do Termo de Referência e anexos;
- **Critério de julgamento:** Menor preço por item;
- **Participação:** Ampla, aberta a quaisquer interessados que atendam às condições do edital, **sem exclusividade** para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, **mantidas**, quando cabíveis, as preferências previstas na **Lei Complementar nº 123/2006** e no **Decreto Municipal nº 3.070/2023** (ex.: critérios de desempate/favorecimento e preferência local/regional, se prevista), sempre com observância dos critérios legais e do princípio da isonomia;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** **Não**, não se aplica a reserva/exclusividade prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, mantendo-se a disputa em caráter competitivo e amplo, sem prejuízo da aplicação das regras de tratamento diferenciado às ME/EPP/equiparadas **na forma da legislação**, quando pertinente.
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 06/03/2026;
- **Início da sessão pública/disputa de lances:** Às 09h00min do dia 06/03/2026;
- **Horário:** Todas as indicações de tempo constantes neste Edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023; e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para a prestação contínua de serviços de transporte escolar**, com disponibilização de **veículo e motorista, por quilômetro rodado**, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino no **ano letivo de 2026**, contemplando itinerários/linhas nos Distritos de **Vila Paraíso e Ouro Verde, por item**, conforme rotas, quilometragens estimadas, calendário letivo e demais especificações e condições estabelecidas no **Termo de Referência (Anexo I)** e nos demais anexos e disposições deste Edital.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo global para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 221.520,00 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte reais)**, conforme estimativa detalhada no orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado, com definição do preço estimado por quilômetro rodado e quantitativos previstos por item, em

conformidade com os princípios da **economicidade, vantajosidade e competitividade**, nos termos do art. 23, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Net, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.comprasgovernamentais.gov.br, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. Xv de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

- **Órgão/Unidade:** 05.001
- **Funcional Programática:** 12.361.1201.2012
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.33.00.00
- **Fonte de Recurso:** 000.103.104.107.119.133

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **Menor Preço ou Maior Desconto**, conforme estabelecido no **Termo de Referência (Anexo I)** deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ou globais que ultrapassarem o limite máximo permitido serão **desclassificados**, exceto nos casos de **Maior Desconto**, quando houver possibilidade de lances negativos.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores máximos definidos no Termo de Referência serão **desclassificadas**.

2. Critério para Lotes com Múltiplos Itens

- Para lotes compostos por mais de um item, a aceitabilidade será baseada na **soma dos valores unitários** dos itens do lote.
- As propostas que ultrapassarem o valor total máximo estabelecido no Termo de Referência serão **desclassificadas**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

3. Critério para Lotes de Valor Global

- Quando o critério de julgamento for o **valor máximo global do lote**, a avaliação será baseada no preço total do lote.
- Se o valor global ofertado ultrapassar o limite definido no Termo de Referência, a proposta será **desclassificada**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento) acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte**.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

Considerando que o **Termo de Referência (Anexo I) prevê a apresentação de “catálogo/ficha técnica”**, fica estabelecido que:

1. **Catálogo/Ficha técnica (obrigatório):** O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, **catálogo técnico e/ou ficha técnica/declaração do fabricante**, contendo as características do **veículo proposto para execução do transporte escolar** (ex.: modelo/ano, capacidade, tipo, itens de segurança e demais especificações exigidas no Termo de Referência), com a finalidade de **comprovar a conformidade** da proposta com as exigências do edital.
2. **Amostra (não aplicável, em regra):** Por se tratar de **prestação de serviço de transporte escolar**, a exigência de “amostra” não se aplica, via de regra. Quando necessário, a Administração poderá realizar **vistoria técnica/inspeção** do veículo indicado, em local, data e prazo definidos em convocação formal, para verificação das condições de segurança, conservação e atendimento às especificações.
3. **Forma, prazo e local de apresentação:** O catálogo/ficha técnica e/ou documentos técnicos deverão ser encaminhados **no prazo e pela forma indicados pela Administração** (preferencialmente via sistema), podendo ser solicitada a apresentação física quando indispensável, conforme disciplinado no edital e no Termo de Referência.
4. **Análise técnica:** Os documentos técnicos e eventual vistoria poderão ser submetidos à **análise técnica** pela área demandante/fiscalização, para confirmação de conformidade com os padrões e requisitos estabelecidos.
5. **Consequência do não atendimento:** O **não atendimento** à exigência de apresentação do **catálogo/ficha técnica**, quando solicitada e prevista no Termo de Referência, ou a **constatação de desconformidade** com as especificações, poderá ensejar a **desclassificação da proposta**, com a consequente convocação do licitante subsequente, nos termos do edital e da legislação vigente.

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão

da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

1. **Vedação:** Não será permitida a participação de empresas **em regime de consórcio**, não sendo aceitas propostas apresentadas por consórcio, nem por empresas que atuem como consorciadas, em qualquer forma de associação destinada à disputa do certame.
2. **Justificativa:** A vedação fundamenta-se em justificativa constante do procedimento administrativo, considerando as características do objeto (serviço comum e divisível por item), a necessidade de responsabilização direta e integral da contratada pela execução, bem como a busca pela **maior competitividade** e pela **isonomia** entre os licitantes.
3. **Base legal:** Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá **vedar a participação de consórcios** quando houver justificativa técnica e econômica que demonstre que a participação individual atende melhor ao interesse público e à eficiência da contratação.
4. **Não aceitação e consequências:** A proposta apresentada em desconformidade com esta vedação **não será aceita**, implicando:
 - a) **desclassificação da proposta**, quando verificada na fase de julgamento; e/ou
 - b) **inabilitação do licitante**, quando verificada na fase de habilitação, conforme o caso; sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente, quando cabível.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Entrega;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas ComprasNet**, acessível pelo endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas** cujo **ramo de atividade seja compatível** com o objeto da licitação e que apresentem **todos os documentos exigidos para habilitação**, bem como estejam **devidamente cadastrados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (<https://pncp.gov.br>), nos termos do **artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas** adotado pela Administração, conforme especificado no **Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**.
- c) **É vedada a participação na licitação de pessoas físicas ou jurídicas que:**
- c.1) tenham sido **declaradas inidôneas** ou sofrido **sanção impeditiva** de contratar com a Administração Pública no âmbito da **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**, nos termos do **artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**;
- c.2) tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item **c.1**, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3) possuam **sócios em comum** com empresas que se enquadrem no item **c.2**, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4) **não operem no território nacional**, estejam **sob falência, dissolução, liquidação** ou sejam **pessoas físicas em situação de insolvência**;

- c.5) **mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante**, configurando conflito de interesse;
- c.6) sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como **sócios, dirigentes ou possuam participação indireta**, salvo nos casos permitidos por lei;
- c.7) sejam **pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios **agentes públicos com influência na licitação** ou que configurem hipótese de impedimento legal;
- c.8) sejam **autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo** vinculado à licitação, **isoladamente ou em consórcio**, nos casos de **obras, serviços ou fornecimento de bens**, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.9) **participem na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) A **participação na licitação implica a aceitação integral das condições** estabelecidas neste edital e na legislação aplicável, não cabendo alegação de desconhecimento.
- e) Além dessas condições gerais, deverão ser **obedecidas eventuais exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando peculiaridades do objeto licitado.
- f) O(a) pregoeiro(a) **verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes**, com especial atenção à **existência de sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 61 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

- a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:
- a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;
- a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.
- b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.
- b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.
- b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.
- d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;

- a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;
- a.3) **Fabricante**, quando aplicável;
- a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.
- b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.
- c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços**, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.
- d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação qualquer proposta que ultrapasse esses limites**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.
- b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.
- d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.
- e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.
- f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ou **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- h) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances será de **R\$ 0,01**.

5.1. Modos de Disputa

- i) O modo de disputa será definido no edital, podendo ser:

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com possibilidade de prorrogação automática.
- A etapa de lances terá duração inicial de **10 minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos últimos **2 minutos** do tempo estabelecido.

- A prorrogação automática será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances dentro desse período, inclusive no caso de lances intermediários.
- Caso não sejam apresentados novos lances conforme as regras acima, a sessão pública será automaticamente encerrada.
- O(a) **pregoeiro(a)**, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da sessão para garantir a melhor proposta.

5.1.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos de um **lance final e fechado**.
- A fase inicial de lances terá duração de **15 minutos**, após o qual o sistema emitirá um aviso de **fechamento iminente** e iniciará um período adicional, aleatoriamente determinado, de até **10 minutos**.
- Após essa etapa, os licitantes que apresentaram a melhor oferta e aqueles cujos preços sejam **até 10% superiores** poderão apresentar **um lance final e fechado em até 5 minutos**, sendo sigiloso até o término desse período.
- Caso não haja pelo menos **três ofertas dentro das condições acima**, os três melhores licitantes subsequentes poderão apresentar um lance final e fechado.
- O sistema ordenará automaticamente os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto)**.

5.1.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto

- Somente os licitantes que apresentarem a **proposta mais baixa** e aqueles com valores **até 10% superiores** poderão participar da etapa aberta.
- Caso não haja **três propostas** dentro do intervalo de 10%, poderão participar os **três melhores licitantes**, considerando propostas empatadas.
- A fase de lances terá duração de **10 minutos**, com **prorrogações automáticas de 2 minutos** sempre que um novo lance for ofertado nos últimos **2 minutos** da sessão.
- O sistema **encerrará a disputa automaticamente** caso não haja novos lances, ordenando os valores conforme a classificação final.
- Caso a diferença entre a **melhor proposta e a segunda colocada seja superior a 5%**, o **Agente de Contratação/Comissão** poderá determinar o **reinício da disputa** para definição das colocações subsequentes.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.
- Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.
- Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para itens **não exclusivos** a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da empresa para aplicação do disposto nos artigos **44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006**.

n) Se as propostas de ME, EPP ou MEI estiverem **até 5% acima** da melhor proposta ou lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

o) Em caso de empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será conforme o artigo **60 da Lei nº 14.133/2021**, considerando **experiência do licitante, desenvolvimento sustentável e equidade de gênero**.

5.4. Negociação da Proposta Final

p) Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o melhor preço**, buscando um valor ainda mais vantajoso, sem alterar as condições previstas neste edital.

q) A negociação será conduzida pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

r) O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 horas**, envie a proposta revisada conforme o último lance ofertado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares para confirmação dos requisitos exigidos no edital.

s) O(a) pregoeiro(a) poderá **prorrogar o prazo** estabelecido, caso haja solicitação fundamentada pelo licitante via chat antes do término do prazo.

t) Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de **aceitação e julgamento da proposta**.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de lances e negociação, o(a) **pregoeiro(a)** **examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto licitado e à compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estabelecido para a contratação, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) O **licitante qualificado como produtor rural pessoa física** deverá incluir, em sua proposta, os **percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022**, sob pena de **desclassificação**.

c) Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor que apresentar:

c.1) Preço final **superior** ao(s) **preço(s) máximo(s)** fixado(s) no edital ou **desconto inferior ao mínimo exigido**;

c.2) **Preço manifestamente inexecutável**, considerando-se assim aquele que:

- **Estiver abaixo de 75%** do valor orçado pela Administração Pública, no caso de **serviços com predominância de mão de obra**; ou

- **Estiver abaixo de 50%** do valor orçado pela Administração Pública, **nos demais casos**;

salvo se o licitante comprovar, por meio de documentação adequada, a exequibilidade de sua proposta, nos termos do **§1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021**.

Além disso, também serão consideradas inexecutáveis propostas **com valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos encargos legais, exceto quando se referirem a materiais ou instalações de propriedade do próprio licitante**, para os quais ele **renuncie expressamente** à parcela ou à totalidade da remuneração.

d) **Qualquer interessado poderá requerer a realização de diligências** destinadas a verificar a exequibilidade ou a legalidade das propostas apresentadas, devendo apresentar **elementos concretos** que fundamentem a suspeita.

e) Caso haja necessidade de **suspensão da sessão pública** para a realização de diligências, o seu reinício dependerá de **aviso prévio publicado no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas**, devendo o fato ser **registrado em ata**.

f) **O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares** digitalizados pelo sistema, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, sob pena de **não aceitação da proposta**.

f.1) O prazo poderá ser **prorrogado**, desde que o pedido seja **devidamente fundamentado pelo licitante** por meio do **chat do sistema, antes do seu vencimento**.

f.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados destacam-se aqueles que **detalham as características do objeto ofertado**, tais como **marca, modelo, tipo, fabricante, procedência**, além de **catálogos, folhetos técnicos, manuais ou propostas comerciais**, desde que **enviados por meio eletrônico** conforme exigido.

6.1 DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)

g) A exigência de apresentação de amostras será aplicada **exclusivamente aos itens que assim estiverem expressamente previstos no Termo de Referência (Anexo I)** deste edital, incluindo os critérios de análise e julgamento técnico.

O local, data e horário para entrega e avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados. Os resultados das avaliações também serão divulgados por meio eletrônico, com base nos aspectos técnicos definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração.

g.1) A **não entrega da amostra ou atraso na entrega**, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou a **entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital**, resultará na **recusa da proposta**.

g.2) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo **primeiro classificado não for(em) aceita(s)**, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da **proposta do segundo classificado**, e assim sucessivamente, até a **verificação de uma proposta que atenda às especificações do Termo de Referência**.

g.3) As **amostras disponibilizadas serão tratadas como protótipos** e poderão ser **manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável**, sem direito a ressarcimento.

g.4) Após a **divulgação do resultado final da licitação**, as **amostras deverão ser retiradas pelos licitantes no prazo de 05 dias**, sob pena de **descarte ou incorporação pela Administração, sem direito a ressarcimento**.

g.5) Os licitantes deverão **disponibilizar todas as condições necessárias** para a realização de testes e fornecer, **sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa** necessários ao manuseio do item ofertado, quando aplicável.

6.2 NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

h) Se a **proposta ou lance vencedor for desclassificado**, o(a) pregoeiro(a) examinará a **proposta ou lance subsequente**, seguindo a **ordem de classificação**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **suspender a sessão e informar a nova data e horário** para sua continuidade por meio do **chat do sistema**.

j) O(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso**, com o objetivo de **obter melhor preço**, vedada a negociação em **condições diversas das previstas neste Edital**.

j.1) Caso o(a) pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também **negociar melhores condições** com o licitante classificado em seguida.

j.2) A negociação será **conduzida pelo sistema** e poderá ser **acompanhada pelos demais licitantes**.

6.3 CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

k) Nos itens que **não sejam exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI**, caso a **proposta não seja aceita**, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar para o próximo classificado, haverá **nova verificação pelo sistema** para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

m) Encerrada a **análise da proposta**, o(a) pregoeiro(a) verificará a **habilitação do licitante**, conforme as disposições deste Edital.

n) O licitante **provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro**, deverá comprovar **cumulativamente os requisitos de habilitação**, somando as exigências do item em que venceu às do item em que está concorrendo, **sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis**.

n.1) Se **não houver comprovação cumulativa**, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de **menor(es) valor(es)** cuja retirada seja suficiente para a **habilitação do licitante nos demais itens**.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do **Anexo III**), bem como os **documentos de habilitação** (conforme **Anexo II**), até a data e horário estabelecidos pelo(a) pregoeiro(a).

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para **fins de habilitação** constam no **Anexo II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados ao fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.1. Verificação da Regularidade dos Licitantes

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das **condições de participação**, especialmente quanto à existência de **sanções impeditivas**, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);**
- ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU)** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- iii) **Restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

d.1) A consulta será realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, conforme artigo 12 da **Lei nº 8.429/1992**, que prevê sanções a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atos de improbidade administrativa.

d.1.1) Caso a consulta ao sistema indique **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, a Administração realizará diligências para verificar possível fraude por parte das empresas listadas no respectivo relatório.

d.1.1.1) A tentativa de burla será analisada considerando **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros indícios de fraude**.

d.1.1.2) Antes da desclassificação, o fornecedor será **convocado para manifestação** sobre a irregularidade apontada.

d.2) Constatada a existência de **sanção impeditiva**, o fornecedor será **considerado inabilitado** por falta de condição de participação.

d.3) Caso **não haja impeditivos**, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É responsabilidade do fornecedor manter **atualizados** os documentos no SICAF para que estejam vigentes na data da sessão pública.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados, o fornecedor poderá ser **inabilitado**, salvo se a Administração conseguir **emitir certidões válidas** diretamente nos sites oficiais dos órgãos emissores.

7.2. Dispensa da Apresentação de Documentos

e) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**;
- No **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**;
- Em outros sistemas oficiais, desde que os documentos estejam **atualizados** e acessíveis para consulta pública.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração**.

7.3. Regras para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, **mesmo que apresentem restrições de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do artigo 43, §1º da **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. Responsabilidades dos Licitantes

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) **Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas nesta etapa do certame**, sendo está definida **somente após os procedimentos de negociação e julgamento**.

k) **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor**, prevalecendo aquele que for **registrado primeiro no sistema eletrônico**.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em **tempo real**, do **menor valor registrado (ou maior desconto)**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de **desconexão do(a) pregoeiro(a) durante a etapa de lances**, o sistema eletrônico poderá **permanecer acessível aos licitantes** para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) pregoeiro(a) persistir por mais de **10 minutos**, a sessão pública será **suspensa** e reiniciada **após 24 horas**, com comunicação prévia aos participantes.

7.5. Publicidade e Acesso às Propostas e Documentos

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do **licitante melhor classificado** somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e acesso público **após o encerramento da fase de lances fechados**.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** poderá **corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, com até duas casas decimais após a vírgula. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos**

custos necessários ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados** pela **Constituição Federal**, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.

c) Nos termos do **artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediate e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **juízo e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão **conhecidas pelo(a) pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O **acolhimento do recurso** implicará na **invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento**, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o **procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será **notificado para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho (ou documento equivalente)** no prazo de **05 dias úteis**, podendo ser **prorrogado a critério da Administração**, sob pena de **decair do direito à contratação** e estar sujeito às **penalidades previstas neste Edital**, nos termos do **artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) Alternativamente à **convocação presencial**, a Administração poderá **encaminhar o contrato para assinatura via correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico**, devendo ser **devolvido devidamente assinado no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento**.

b) Para a **assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho**, o adjudicatário deverá estar **credenciado no Certificado de Registro Cadastral do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, mantendo as **condições de habilitação previstas no edital durante toda a vigência do contrato**, conforme **artigo 87 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) Antes da **assinatura do contrato**, a Administração realizará **consulta aos cadastros de inadimplência federais, estaduais e demais registros** para **atestar a regularidade da empresa adjudicatária**, garantindo conformidade com o **artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) Os **pagamentos serão condicionados à prévia indicação, pelo credor, dos dados bancários em conta corrente mantida na instituição financeira contratada pelo Município**, em conformidade com a legislação vigente.

e) Caso o adjudicatário **não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho**, a Administração poderá **revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para celebração do contrato **nas condições ofertadas pelo primeiro colocado**, conforme **artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.1) A **recusa injustificada do adjudicatário ou justificativa não aceita pela Administração** poderá resultar na **aplicação de sanções administrativas**, nos termos do **artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.2) Se **nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos**, o Município poderá **convocar os remanescentes**, observando a **ordem de classificação**, para assinatura do contrato **nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação**.

f) A **entrega, o recebimento do objeto licitado e os pagamentos** serão realizados **nos prazos, locais e formas estabelecidas nos anexos deste Edital**, garantindo a regularidade na execução contratual.

g) Em caso de **atraso nos pagamentos**, desde que a **contratada não tenha concorrido para o atraso**, será aplicada **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

h) Antes de **cada pagamento**, a Administração deverá realizar **consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e nos cadastros de inadimplência federais, estaduais e municipais** para verificar a **manutenção das condições de habilitação do licitante contratado**, garantindo o cumprimento das exigências legais.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O **licitante e o contratado que incorrerem em infrações** estarão sujeitos às **sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº 3.118/2023**, sem prejuízo de eventuais **implicações penais**, conforme previsto no **Capítulo II-B do Título XI do Código Penal**.

b) A multa aplicável não será inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato firmado, nos termos do artigo 156, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) O cálculo da multa será fundamentado, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como a gravidade da infração, conforme os artigos pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo Município, inclusive em relação a outros contratos firmados entre as partes. Nesse caso, a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, conforme aceite prévio do licitante ou contratado.

d.1) A retenção de pagamento de outros contratos pela Administração Pública, durante o período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, sem configurar mora nem gerar compensação financeira.

e) A multa de mora diária será de 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia.

e.1) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no que couber, o disposto nos itens acima.

e.2) Em todos os casos, será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação da penalidade, conforme artigo 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos correspondentes a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e legalidade.

g) Nos casos não previstos neste Edital, incluindo os procedimentos para aplicação de sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

h) Sem prejuízo das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, seja na participação da presente licitação ou nos contratos dela decorrentes, dar-se-á conforme a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislações aplicáveis.

i) Todas as penalidades aplicadas serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Certificado de Registro Cadastral dos Fornecedoros do Município, conforme exigido pela legislação vigente.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer e se comprometer a cumprir as normas de prevenção à corrupção estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente.

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.
- b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.
 - b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.
 - b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.
 - b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será **automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** **poderá, se necessário, promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O **licitante** será responsável por **eventuais perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) A **contratada** deverá garantir **livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado**, sempre que solicitado, garantindo **transparência e fiscalização efetiva**.

- g) Os **documentos que não mencionarem prazo de validade** serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.
- h) Os licitantes encaminharão os **documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico** indicado no **item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**. O(a) pregoeiro(a) poderá **verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados**, garantindo **conformidade com as exigências do certame**.
- i) O(a) pregoeiro(a) poderá **relevar falhas meramente formais** que não **comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta**, podendo ainda **promover diligências para esclarecer ou complementar informações**, inclusive **solicitando pareceres técnicos**, conforme o **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- j) A realização desta **licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado**. A autoridade competente poderá **revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade**, mediante **decisão fundamentada**, assegurando o **contraditório e a ampla defesa**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- k) O **foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente** será o da **Comarca de São João, PR**, conforme estabelecido na legislação aplicável.
- O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal**.

Município de São João, em 19 de fevereiro de 2026

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de transporte escolar, de forma contínua, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João/PR, garantindo o deslocamento seguro dos alunos da rede pública municipal de ensino, conforme condições, especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor unit. R\$	Valor total R\$
1	<p>Prestação de serviço mediante a disponibilização de veículo (ônibus) para transporte escolar, com, no mínimo, 40 lugares, para atender o seguinte trajeto, de acordo com calendário escolar:</p> <p>Pontos de EMBARQUE (manhã): Escola Municipal Castro Alves – Rua Iguaçu (próx. Casa Lar) – Posto Águia – Javali – Posto Coasul – Entrada Lot. Diesel – Mercado Trevo – Escava Mix – Portal CTG – Rotatória – Bianco – Botafogo – L. Bonita – L. Ferreira – Colette – Alto Alegre – Chimoller – Aviário Osmar – Gringo Smanhioto – Escola Imaculada Conceição (Vila Paraíso)</p> <p>DESEMBARQUE (meio-dia): Escola Imaculada Conceição (Vila Paraíso) – Gringo Smanhioto – Aviário Osmar – Chimoller – Alto Alegre – Colette – L. Ferreira – L. Bonita – Botafogo – Bianco – Rotatória – Portal CTG – Escava Mix – Mercado Trevo – Entrada Lot. Diesel – Posto Coasul – Javali – Posto Águia – Rua Iguaçu (próx. Casa Lar) – Escola Municipal Castro Alves.</p> <p>Sendo percorrido diariamente a quantidade de 89 Km – conforme calendário escolar tendo 200 dias letivos</p>	17.800	km	7,80	138.840,00
2	<p>Prestação de serviço mediante a disponibilização de veículo (ônibus) para transporte escolar, com, no mínimo, 40 lugares, para atender o seguinte trajeto, de acordo com calendário escolar:</p> <p>Pontos de EMBARQUE (tarde): Cidade – Praça São Pedro – Escola Castro Alves – Ginásio de Esportes – Rotatória Avenida Francisco Augustin – Bianco – Ponto entrada Fábrica Bilar – Vila Paraíso – Alto Alegre – Escola São Pedro (Ouro Verde).</p> <p>Desembarque: Retorno pelo mesmo trajeto.</p> <p>Sendo percorrido diariamente a quantidade de 53 Km – conforme calendário escolar tendo 200 dias letivos</p>	10.600	KM	7,80	82.680,00
VALOR TOTAL R\$				221.520,00	

☒ Deve ser solicitada a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☐ Não é necessária a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Eletrônico

☐ Presencial. Justificativa:

☐ Global. Justificativa:

☐ Por Grupo. Justificativa:

☒ Por Item

☐ Sistema de Registro de Preços (SRP)

☒ Licitação Tradicional

☐ Com preferência para ME/EPP local/regional – Decreto Municipal nº 3070/2023

☒ Sem preferência para ME/EPP local/regional - Justificativa: Considerando que o valor estimado do(s) item(ns)/lote(s) e a dinâmica de contratação recomendam ampla concorrência para maximizar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, o Município opta por não aplicar preferência local/regional neste certame. Em contratações com maior expressão de valor, a adoção de critério territorial pode reduzir o universo de fornecedores, limitar a disputa e elevar o risco de preços menos competitivos ou de menor disponibilidade/condições de fornecimento. Assim, mantém-se a participação sem preferência local/regional, preservando-se, quando cabível, apenas o tratamento diferenciado às ME/EPP/equiparadas nos estritos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da regulamentação municipal, sem estabelecimento de benefício geográfico específico.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços de transporte escolar é imprescindível para assegurar o acesso e a permanência dos alunos nas unidades escolares da rede municipal, especialmente daqueles residentes em áreas rurais ou de difícil acesso. Além disso, garante a segurança dos alunos, proporciona pontualidade e regularidade no serviço, além de cumprir requisitos legais e regulamentações para o transporte de estudantes. Esse serviço estabelece responsabilidades claras entre as partes envolvidas, buscando promover um ambiente seguro e confiável para o transporte escolar.

2.2. A inexistência de frota própria suficiente para atender integralmente a demanda torna necessária a contratação de empresa especializada, garantindo regularidade, segurança, conforto e pontualidade no transporte dos estudantes, em consonância com o direito constitucional à educação.

2.3. O procedimento licitatório será realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, em razão da natureza comum do serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando competitividade, economicidade e transparência.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação fundamenta-se, especialmente, nos seguintes dispositivos legais:

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Resoluções do FNDE aplicáveis ao transporte escolar;

Demais normas pertinentes à matéria.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços consistem no transporte diário de alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino, em rotas urbanas e/ou rurais, conforme definição da Secretaria Municipal de Educação (especificado no item acima).

4.2. O transporte deverá ser realizado por veículos adequados, devidamente licenciados, com capacidade compatível à demanda, conduzidos por motoristas habilitados e em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

4.3. Os serviços deverão ser executados em até 72 (setenta e duas) horas/de forma contínua com início após solicitação nos locais informados pela Secretaria Solicitante no Município de São João.

4.4. A proponente vencedora deverá fornecer todos os equipamentos de segurança individual necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados.

4.5. Os serviços deverão ser prestados, dentro das especificações exigidas neste edital, sendo facultado à Secretaria solicitante promover eventuais diligências para verificação da prestação dos serviços. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a prestação dos serviços, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

4.6. Na qualidade de prestadora de serviços a proponente se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

4.7. Serão suportados pelo CONTRATANTE eventuais custos com materiais necessários para a execução dos serviços.

4.8. Serão suportados pela CONTRATADA eventuais custos com transporte de materiais, mão de obra, alimentação, ferramentas, maquinários, equipamentos, montagem, desmontagem, leis sociais e instalações, para a execução dos serviços.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. Os veículos utilizados deverão:

- a) Estar em perfeitas condições de uso e conservação;
- b) Possuir vistoria válida do DETRAN e demais órgãos competentes;
- c) Estar equipados com cintos de segurança, tacógrafo (quando aplicável) e itens obrigatórios de segurança;
- d) Atender às normas de acessibilidade, quando exigível.

5.2. Os motoristas deverão possuir:

- a) Carteira Nacional de Habilitação compatível com o tipo de veículo;
- b) Curso específico para transporte escolar;
- c) Idoneidade moral comprovada.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. **A vigência e a execução do contrato serão de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/21.

6.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contada da data de início/assinatura do contrato.

6.3. Os serviços serão prestados conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando os dias letivos do calendário escolar.

6.4. A empresa contratada deverá garantir a continuidade do serviço, sendo vedada a interrupção sem prévia autorização da Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Serão exigidos somente das proponentes classificadas os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.2. Registro comercial, para empresa individual;

7.1.1.3. Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

7.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5. Alvará em vigência.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em plena validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

7.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**;

7.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão.

7.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

7.1.5. DECLARAÇÕES

7.1.5.1. Declaração Unificada (no caso de ME/EPP, deverá estar assinada pelo proprietário e pelo Contador responsável).

7.1.6. OUTROS

7.1.6.1. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar:

7.1.6.1.1. Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para a sessão.

8. DO VALOR ESTIMADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de preços de mercado junto ao banco de preços.

8.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação os bens ou serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, contendo de forma clara e detalhada a discriminação do objeto entregue ou executado, acompanhada das enviadas anotações de recebimento.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Conforme dispõe o artigo 117 da Lei nº 14.133/21:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações

9.2. O FISCAL E O GESTOR DO CONTRATO SERÃO INDICADOS PELA CONTRATANTE, DENTRE SEUS TÉCNICOS E/OU SERVIDORES, CAPACITADOS PARA EXERCEREM ESSAS FUNÇÕES.

9.3. Caberá a **GESTÃO DO CONTRATO** o(a) senhor(a) **Tânia Aparecida Hupples**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometidas pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

9.4. Caberá a(ao) **FISCAL DO CONTRATO**, o(a) senhor(a) **Selço de Oliveira**, e ao **FISCAL SUBSTITUTO**, o(a) senhor(a) **Edineia Ramos**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

9.5. Além disso a fiscalização, a contar da formalização deste Contrato, baseada no registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 137 da Lei 14.133/21 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

9.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

9.7. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

9.8. Com base no art. 136 da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de

apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, telefone, etc).

10. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) pertinente à presente contratação encontra-se devidamente elaborado e segue anexado aos autos do processo administrativo, para fins de conhecimento, análise e demais providências cabíveis.

São João/PR, 28 de janeiro de 2026.

Tânia Aparecida Huppes
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar **em nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar **em nome da filial**, exceto para **atestados de capacidade técnica e nos casos em que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz**.

Será aceita a apresentação de **registros de CNPJ distintos (matriz e filial) para CND e CRF/FGTS**, desde que **comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições**.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação deverá entregá-los **no prazo máximo de 05 dias úteis**, contados a partir da **notificação oficial, por meio eletrônico**, conforme estabelecido no Edital.

Os documentos exigidos nesta licitação deverão ser **encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**.

1.1 REGISTRO CADASTRAL

Todos os licitantes deverão estar **registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** para efeito de **cadastro unificado de licitantes**.

OU

Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, **emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, disponível em <https://pncp.gov.br/>, acompanhado dos documentos abaixo descritos, **salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado**.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- No caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de designação da diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.
- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação específica.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no CPF ou CNPJ.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidões de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sobre o trabalho de menores.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os licitantes deverão apresentar **balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais**, acompanhados dos seguintes índices contábeis, conforme artigo 67 da Lei 14.133/2021:

- Índice de Liquidez Geral (LG).
- Índice de Liquidez Corrente (LC).
- Índice de Solvência Geral (SG).

Caso os índices apresentados não atendam aos parâmetros mínimos estabelecidos no Edital, o licitante poderá ser inabilitado.

- Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos 2 últimos exercícios sociais.
- Certidão negativa de feitos sobre falência.
- Para empresas com menos de 2 anos, apresentação do balanço de abertura.
- Comprovação dos índices de liquidez (LG, SG e LC).
- Os índices deverão ser apresentados já calculados, assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa.
- Se aplicável, pode ser exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo para entregas futuras.
- Apresentação da relação dos compromissos assumidos, caso necessário.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços ou o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da presente licitação, em características, quantidades e prazos similares aos exigidos no edital.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- Identificação completa da entidade emitente (razão social, CNPJ, endereço e responsável pela emissão);
- Descrição detalhada do objeto executado ou fornecido;
- Local e período de realização da atividade ou entrega dos bens;
- Declaração expressa sobre o desempenho satisfatório do contratado quanto à qualidade dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos.

Quando solicitado pela Administração, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória adicional, como cópias de contratos, ordens de fornecimento ou notas fiscais, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos atestados.

A exigência de apresentação dos documentos de qualificação técnica tem por objetivo demonstrar a aptidão do licitante para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto contratual, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

- Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação.
- Declaração de não utilização de mão de obra de menores, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

- Declaração de atendimento às normas de logística reversa, quando aplicável.
- Declaração de reserva de cargos (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

- Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente.
- Declaração escrita sob as penas da lei, afirmando a condição de ME ou EPP.
- Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), caso necessário.
- Regularização fiscal em até 5 dias úteis, prorrogável por igual período.
- Convocação dos licitantes remanescentes, se necessário.

1.8 REGRAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- Todos os documentos apresentados deverão **identificar o licitante com nome empresarial e CNPJ**, conforme aplicável.
- Se a proposta for apresentada pela **matriz** e o fornecimento for realizado por uma **filial**, o **CNPJ da filial deverá constar da proposta**.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.013/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Inscrição Municipal: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____ Fax: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a **prestação contínua de serviços de transporte escolar**, com disponibilização de **veículo e motorista, por quilômetro rodado**, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino do Município de São João/PR no **ano letivo de 2026**, contemplando itinerários/linhas nos Distritos de **Vila Paraíso e Ouro Verde, por item**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Serviço	Exigências Complementares (resumo)	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$/km)	Valor Total (R\$)
1	Transporte escolar – Itinerário/linha do Distrito de Vila Paraíso (conforme TR)	Veículo e motorista; execução conforme rotas, calendário letivo e demais requisitos do TR; apresentação de catálogo/ficha técnica quando exigido	Km	17.800		
2	Transporte escolar – Itinerário/linha do Distrito de Ouro Verde (conforme TR)	Veículo e motorista; execução conforme rotas, calendário letivo e demais requisitos do TR; apresentação de catálogo/ficha técnica quando exigido	Km	10.600		

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa vencedora será responsável pela **execução adequada e contínua** do serviço durante toda a vigência contratual, incluindo a disponibilização de **veículo(s) e motorista(s)** em condições regulares de uso e segurança, bem como o cumprimento das rotas, horários e demais obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência.

4.1. Em caso de falhas, interrupções, indisponibilidade do veículo/motorista, ou inconformidade com as especificações do Termo de Referência, caberá à Contratada adotar as providências de correção/substituição e regularização do serviço, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I do Edital (Termo de Referência), incluindo a apresentação de **catálogo/ficha técnica**, quando exigida pela Administração.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas, conforme disposto na Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O licitante declara que os preços ofertados incluem todos os encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como: mão de obra, tributos, seguros, manutenção, combustíveis/lubrificantes, depreciação, administração, equipamentos e quaisquer outros custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações do Edital e do Termo de Referência.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À
Prefeitura Municipal de São João
Av. XV de Novembro, 160 – Centro
CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Pregoeiro(a),

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara, para os devidos fins, que:

☐ (Marque esta opção se aplicável) – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, se enquadra como **microempresa (ME)**, **empresa de pequeno porte (EPP)** ou **equiparada**, não havendo fatos supervenientes que a excluam dessa condição.

Além disso, a empresa declara que:

1. Conformidade Legal

1.1. Está ciente e em conformidade com os requisitos legais estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, aplicáveis ao presente procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**.

1.2. Atende a todas as exigências de habilitação e qualificação para a presente licitação, conforme requerido pelo Edital e pela legislação vigente.

1.3. Não possui impedimentos legais para participar de licitações e contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar qualquer alteração superveniente dessa condição.

2. Regularidade Trabalhista e Social

2.1. Em conformidade com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e com a legislação aplicável, **não emprega menores de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem **menores de 16 anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

2.2. Está em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, assegurando o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e a regularidade do **FGTS**, quando aplicável.

3. Autenticidade e Compromissos

3.1. Garante a autenticidade de todos os documentos apresentados e se coloca à disposição para eventuais diligências e averiguações.

3.2. Compromete-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de vigência do contrato, se contratada.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea nem se encontra suspensa/impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo, salvo se houver declaração em sentido diverso nos sistemas oficiais aplicáveis.

4. Condições Financeiras e Tributárias

4.1. Compromete-se a repassar eventuais reduções de preços decorrentes de alterações nas alíquotas de tributos incidentes sobre o objeto, quando juridicamente aplicável.

4.2. Declara-se em plena regularidade fiscal e tributária, atendendo às exigências para contratação com a Administração Pública, nos termos do Edital.

5. Responsabilidade sobre o Objeto Contratado (Transporte Escolar)

5.1. Declara que tem pleno conhecimento das exigências do processo e que o **serviço de transporte escolar ofertado** está integralmente compatível com as especificações do Edital e do Termo de Referência, incluindo a execução **por quilômetro rodado**, com disponibilização de **veículo e motorista**, conforme itinerários/linhas e condições estabelecidas.

5.2. Compromete-se a não executar o serviço em desconformidade com o especificado e a corrigir, no prazo estipulado, eventuais não conformidades identificadas pela fiscalização.

5.3. Declara estar ciente de que poderá ser exigida, quando prevista/solicitada pela Administração, a apresentação de **catálogo/ficha técnica/declaração do fabricante** do(s) veículo(s) indicado(s) para execução do serviço, bem como a realização de **vistoria/inspeção** para verificação de conformidade.

6. Relações com a Administração Pública

6.1. Em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, declara que seus sócios, dirigentes, cotistas e representantes legais:

- não são servidores do Município de São João/PR;
- não possuem vínculo familiar direto ou indireto com servidores que ocupem cargos de confiança, participem da comissão de licitação ou atuem como pregoeiro(a), quando aplicável.

6.2. Declara que não possui, em seu quadro societário, servidores públicos ativos, empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista, em desconformidade com a legislação aplicável.

7. Proteção de Dados e Assinatura/Representação

7.1. Declara que cumpre integralmente a legislação vigente, incluindo a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, e que adota medidas para que parceiros e fornecedores também estejam adequados, quando aplicável.

7.2. O responsável legal pela empresa para fins de assinatura do contrato é:

- Nome: **[NOME DO RESPONSÁVEL]**
- RG nº: **[NÚMERO]**

- CPF nº: [NÚMERO]
- Cargo: [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]

8. Informações para Contato e Comunicações

8.1. Para comunicações relacionadas a este processo, inclusive para encaminhamento de documentos e eventual contrato, a empresa indica:

- E-mail: [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- Telefone: ([DDD]) [NÚMERO]

8.2. Em caso de alteração do e-mail ou telefone informado, a empresa se compromete a comunicar formalmente à Administração, pelos meios oficiais disponibilizados pelo Município.

9. Responsável pela Execução/Preposto

9.1. Nomeia e constitui [NOME DO RESPONSÁVEL/POSTO], inscrito no CPF nº [NÚMERO], como **responsável/preposto** pelo acompanhamento da execução contratual e pelos atos necessários ao cumprimento das obrigações, quando contratada.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[CIDADE], ____ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VI - LOCAIS DE ENTREGA

Órgão Demandante/Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Educação – Município de São João/PR

1) Local(is) de execução dos serviços (rotas/pontos de embarque e desembarque)

A execução ocorrerá no **Município de São João/PR**, conforme rotas, pontos de embarque/desembarque e cronograma definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observados os dias letivos do calendário escolar.

Item 01 – Rota (manhã/meio-dia)

Embarque (manhã): Escola Municipal Castro Alves – Rua Iguaçu (próx. Casa Lar) – Posto Águia – Javali – Posto Coasul – Entrada Lot. Diesel – Mercado Trevo – Escava Mix – Portal CTG – Rotatória – Bianco – Botafogo – L. Bonita – L. Ferreira – Colette – Alto Alegre – Chimoller – Aviário Osmar – Gringo Smanhioto – Escola Imaculada Conceição (Vila Paraíso).

Desembarque (meio-dia): Escola Imaculada Conceição (Vila Paraíso) – Gringo Smanhioto – Aviário Osmar – Chimoller – Alto Alegre – Colette – L. Ferreira – L. Bonita – Botafogo – Bianco – Rotatória – Portal CTG – Escava Mix – Mercado Trevo – Entrada Lot. Diesel – Posto Coasul – Javali – Posto Águia – Rua Iguaçu (próx. Casa Lar) – Escola Municipal Castro Alves.

Item 02 – Rota (tarde)

Embarque (tarde): Cidade – Praça São Pedro – Escola Castro Alves – Ginásio de Esportes – Rotatória Avenida Francisco Augustin – Bianco – Ponto entrada Fábrica Bilar – Vila Paraíso – Alto Alegre – Escola São Pedro (Ouro Verde).

Desembarque: retorno pelo mesmo trajeto.

Início/continuidade: os serviços deverão iniciar após a solicitação formal/ordem de serviço emitida pela Secretaria demandante, mantendo-se **de forma contínua** após solicitação da Secretaria Municipal de Educação, nos locais/rotas informados.

2) Local para entrega de documentos (NF/relatórios/comunicações formais) e recebimento institucional

Local de protocolo/entrega: Prefeitura Municipal de São João – Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Avenida XV de Novembro, nº 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

Telefone: (46) 3533-8300

E-mail (institucional do processo): licitacao@saojoao.pr.gov.br

Horário de recebimento: conforme expediente da Secretaria Municipal de Educação (a ser informado/confirmado pela Contratante no ato da solicitação/ordem de serviço).

3) Responsáveis pelo recebimento/atesto e acompanhamento

Para fins de **recebimento, conferência, fiscalização e atesto**, ficam indicados:

- **Gestor(a) do Contrato:** Tânia Aparecida Huppess
- **Fiscal do Contrato:** Selço de Oliveira
- **Fiscal Substituto:** Edineia Ramos

OBSERVAÇÕES

1. A Contratada deverá executar o objeto **conforme as rotas/pontos definidos** e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, mantendo **regularidade, segurança e pontualidade**, sob acompanhamento do Fiscal do Contrato.
2. A Contratante poderá realizar diligências/verificações durante a execução; constatadas divergências, serão adotadas as providências cabíveis previstas no edital/contrato.
3. Para fins de faturamento, a documentação deverá ser apresentada conforme exigências do edital/contrato, e o pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias** após o aceite/atesto, mediante apresentação de Nota Fiscal e registros de execução.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. 576/2025

Data da Assinatura: _____

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, Estado do Paraná, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[ENDEREÇO COMPLETO]**, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, portador(a) do RG nº **[RG]** e CPF nº **[CPF]**, residente e domiciliado(a) em **[ENDEREÇO]**, e-mail **[E-MAIL]** e telefone **[TELEFONE]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.013/2026**, e do **Processo Administrativo nº 576/2025**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para a prestação contínua de serviços de transporte escolar**, com disponibilização de **veículo e motorista, por quilômetro rodado**, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino do Município de São João/PR no **ano letivo de 2026**, conforme especificações, rotas/itinerários, condições de execução e demais requisitos estabelecidos no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.013/2026** e no **Termo de Referência (Anexo I)**, que integram este instrumento para todos os fins.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá, no mínimo:

- execução do transporte conforme **roteiros/itinerários e pontos de embarque e desembarque definidos e/ou ajustados pela Secretaria Municipal de Educação**, de acordo com o calendário letivo e as necessidades do atendimento, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e deste contrato;
- disponibilização de **veículo(s)** em condições regulares de segurança, conservação e funcionamento, aptos ao transporte de passageiros, conforme exigências do Termo de Referência;
- disponibilização de **motorista(s)** habilitado(s) e apto(s) à execução do serviço, atendendo às exigências legais e às condições do Termo de Referência;
- fornecimento de todos os meios necessários à execução do serviço, incluindo, quando aplicável, combustível, manutenção, seguros, encargos, equipamentos e demais itens indispensáveis ao cumprimento integral do objeto;
- atendimento às determinações da fiscalização/gestão contratual e apresentação de relatórios/registros necessários à medição e ao atesto.

1.3. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, durante a vigência contratual, observados os quantitativos estimados por item, as condições operacionais, a forma de medição e pagamento e demais regras estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total estimado de **R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO])**, calculado conforme os valores unitários ofertados **por quilômetro rodado (R\$/km)** e os quantitativos estimados por item, nos termos do Edital e seus anexos:

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada (km)	Valor Unitário (R\$/km)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Transporte escolar – itinerário/linha definido pela Secretaria Municipal de Educação	Km	17.800		
2	Transporte escolar – itinerário/linha definido pela Secretaria Municipal de Educação	Km	10.600		

2.1.1. O valor total indicado é **estimativo**, podendo variar em função da medição do **quilômetro efetivamente executado**, observado o limite do saldo contratual e as condições previstas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes;
- encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- despesas administrativas, operacionais e comerciais;
- custos com deslocamentos, combustíveis/lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, lavagem e conservação;
- custos com seguros (quando exigidos), equipamentos e itens de segurança;
- remuneração e encargos de motoristas e demais profissionais envolvidos;
- quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado, sem direito a acréscimos, ressalvadas as hipóteses legais e contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência e execução do contrato, os valores poderão sofrer reajuste anual, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, apurado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, a partir da data do orçamento estimado.

3.2.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irrevogáveis** pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do orçamento estimado, em **[DATA]**. Após esse período, independentemente de solicitação da **CONTRATADA**, os valores serão reajustados automaticamente pela **CONTRATANTE**, com base na variação do **INPC**.

3.2.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, por qualquer motivo, não possa(m) mais ser utilizado(s), será adotado, em substituição, o índice que

vier a ser determinado pela legislação vigente à época.

3.2.3. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, conforme previsto na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme **solicitação/ordem de serviço** emitida pela CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e/ou da fiscalização do contrato, atendendo às especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se compromete a executar os serviços dentro das condições pactuadas, garantindo, no mínimo, que:

- a) a execução ocorrerá **de forma contínua**, observando o calendário letivo e as necessidades do atendimento;
- b) os roteiros/itinerários, horários, pontos de embarque e desembarque e eventuais ajustes operacionais serão **definidos e/ou ajustados pela Secretaria Municipal de Educação**, conforme necessidade do serviço, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e do contrato;
- c) serão disponibilizados veículo(s) e motorista(s) em condições regulares de segurança, conservação e funcionamento, aptos à execução do serviço e em conformidade com as exigências legais e do Termo de Referência;
- d) a prestação observará as normas aplicáveis ao transporte de passageiros e, quando pertinente, as disposições específicas sobre transporte escolar, bem como as boas práticas do setor;
- e) serão apresentados, quando exigidos, relatórios, registros e documentos necessários à **medição, atesto e pagamento**.

4.3. A execução dos serviços será considerada regular após o **acompanhamento e atesto** do fiscal do contrato, podendo a CONTRATANTE exigir correções, ajustes ou substituições necessárias à plena conformidade com o Edital, Termo de Referência e contrato, sem ônus adicional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

- a) **Da CONTRATANTE:** receber a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência e neste contrato, podendo fiscalizar e exigir o cumprimento integral das obrigações;
- b) **Da CONTRATADA:** perceber o valor devido na forma e prazo convencionados, após a regular comprovação da execução e o devido atesto.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos no contrato, mediante apresentação da documentação exigida e após o atesto da execução;
- b) disponibilizar as condições necessárias para a execução do contrato, inclusive informações operacionais indispensáveis (itinerários/ajustes, pontos, horários, calendário e orientações);
- c) designar gestor e fiscal(is) do contrato e prestar os esclarecimentos necessários à boa execução contratual;
- d) comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer ocorrências relevantes e registrar as intercorrências relacionadas à execução.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços contratados dentro das condições estipuladas, observando rigorosamente as especificações do Edital, Termo de Referência e contrato;

- b) responsabilizar-se integralmente pela qualidade, continuidade e segurança da execução, bem como por eventuais falhas, interrupções, atrasos e não conformidades, nos termos da legislação e do contrato;
- c) corrigir/regularizar, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, qualquer não conformidade identificada pela fiscalização, inclusive promovendo as medidas necessárias para manter a continuidade do serviço;
- d) atender prontamente às solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- e) comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer fato que possa comprometer a execução, apresentando justificativas e comprovações quando aplicável;
- f) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução, salvo autorização expressa e formal da CONTRATANTE, quando admitida pelo Edital/Termo de Referência;
- h) cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, assumindo total responsabilidade pelos encargos decorrentes da execução;
- i) não permitir a utilização de mão de obra de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nem permitir o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, conforme legislação vigente;
- j) assumir integralmente os custos relacionados a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, manutenção, combustível, administração e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do contrato;
- k) manter os veículos e demais meios utilizados em perfeitas condições de funcionamento, higiene e segurança, providenciando manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário;
- l) manter motorista(s) apto(s), regular(es) e devidamente habilitado(s), responsabilizando-se por substituições quando necessárias para garantir a continuidade do serviço;
- m) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade do cumprimento das obrigações contratuais e da legislação vigente;
- n) atuar com ética e responsabilidade, zelando pela boa execução do contrato e pela conduta de seus colaboradores;
- o) assumir total responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE, seus servidores, usuários do serviço ou terceiros, decorrentes da execução do contrato, comprometendo-se a realizar os reparos e/ou indenizações cabíveis, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a comprovação da execução e o atesto/aceite pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal, contendo de forma clara e detalhada a discriminação do objeto executado, com indicação do período de referência e da medição realizada, acompanhada dos relatórios/controles de execução e das devidas anotações de recebimento/atesto pela fiscalização do contrato, conforme condições previstas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.

6.1.1. A As **Notas Fiscais** devem ser encaminhadas para o e-mail ctbsaojoao@gmail.com ou contabilidade@saojoao.pr.gov.br.

6.1.2. As **notas fiscais** deverão ser encaminhadas ao **setor competente imediatamente após sua emissão**, preferencialmente **no mesmo dia**, a fim de não comprometer o fluxo regular de **conferência, liquidação e pagamento** das despesas, observados os **prazos e procedimentos**

estabelecidos pela Administração.

6.2. A **Nota Fiscal Fatura** ou **Nota Fiscal** deverá ser acompanhada das **Certidões Negativas de Débitos do INSS e FGTS**, devidamente atualizadas.

6.3. O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.3.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a **retenção na fonte** do **Imposto de Renda (IR)** sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.4. A **Nota Fiscal** deverá conter obrigatoriamente:

- a) O **número da licitação** correspondente;
- b) O **número do contrato** e, se aplicável, do **termo aditivo**;
- c) A informação sobre a **opção pelo Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.5. As **Notas Fiscais** deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do **primeiro dia útil do mês subsequente**.

6.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das seguintes **dotações orçamentárias**, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

- **Órgão e Unidade:** 05.001
- **Funcional Programática:** 12.361.1201.2012
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.33.00.00
- **Fonte:** 000.103.104.107.119.133

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá proceder à alteração do contrato visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que a **CONTRATADA** apresente solicitação formal, devidamente justificada e acompanhada de documentação comprobatória, incluindo planilhas e elementos que demonstrem a necessidade da revisão contratual.

7.2. A solicitação será analisada conforme os critérios estabelecidos no **Edital do Pregão nº 90.013/2026** e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, sendo aprovada somente se comprovada a necessidade de ajuste para garantir a manutenção das condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, designados pela **CONTRATANTE**, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A Administração poderá contratar terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes.

8.2. A **CONTRATANTE** nomeia como **Gestora do Contrato** a Sra. **Tânia Aparecida Hupples**, responsável pelo cumprimento das condições estipuladas e pelo monitoramento da execução contratual. Compete ao(à) Gestor(a), dentre outras atribuições:

- a) coordenar o acompanhamento da execução, assegurando o cumprimento das condições do Edital, Termo de Referência e contrato;
- b) receber do Fiscal do Contrato os relatórios e registros de execução, promovendo as providências administrativas necessárias;
- c) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente em caso de irregularidades;

d) manter registros e controles adequados sobre ocorrências, comunicações, notificações e decisões relacionadas ao contrato;

e) adotar e/ou propor medidas para otimizar a execução, inclusive quanto a ajustes operacionais, quando cabíveis e formalmente autorizados.

8.3. O acompanhamento direto da execução será realizado pelos **Fiscais do Contrato**, designados pela CONTRATANTE, sendo:

- **Fiscal Titular: Selço de Oliveira;**
- **Fiscal Substituto: Edineia Ramos.**

Parágrafo único. Os fiscais deverão relatar à Gestora do Contrato quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução adequada do objeto, indicando as medidas corretivas e os prazos necessários.

8.4. A fiscalização acompanhará a execução contratual, registrando as ocorrências e adotando as providências necessárias para garantir o fiel cumprimento do contrato. Dentre suas funções, incluem-se:

- a) verificar a conformidade da execução com as especificações e condições pactuadas;
- b) solicitar correções/ajustes quando constatadas falhas ou não conformidades;
- c) conferir e validar, quando aplicável, relatórios/controles de execução e demais documentos exigidos para fins de **medição e atesto**;
- d) avaliar situações que possam ensejar a aplicação de sanções e/ou eventual extinção contratual, na forma da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Caso seja necessária a substituição do(a) fiscal ou do(a) gestor(a) inicialmente designado(a), a CONTRATANTE formalizará o ato por meio de instrumento próprio (portaria/termo de apostilamento), com juntada aos autos e publicação oficial, comunicando-se a CONTRATADA pelos canais oficiais adotados pela Administração.

8.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, os prazos/cronograma poderão ser ajustados na forma legal.

8.7. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando as providências necessárias para correção de falhas. Caso a decisão ultrapasse sua competência, a situação será submetida à Gestora do Contrato e/ou à autoridade superior para deliberação.

8.8. A CONTRATADA será responsável por:

- a) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o que for executado em desconformidade ou que apresente vícios, defeitos ou irregularidades resultantes da execução contratual;
- b) responder por danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- c) assumir integralmente os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes do contrato, sem transferir à Administração qualquer responsabilidade sobre o pagamento desses encargos, na forma da legislação aplicável.

8.9. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas quando adotadas oficialmente pela Administração e pertinentes ao registro e controle do contrato.

8.10. Antes da realização de qualquer pagamento, a CONTRATANTE verificará a regularidade da CONTRATADA nos sistemas e bases oficiais cabíveis (incluindo, quando aplicável, o SICAF e/ou outros cadastros/consultas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária), sem prejuízo da exigência de documentos atualizados quando necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

9.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

9.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo: **advertência, multas, suspensão temporária, rescisão contratual e outras sanções legais**, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

10.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I- **Advertência escrita:** aplicada em casos de descumprimento leve, sem dolo ou prejuízo significativo para a Administração.

II- **Advertência com prazo para correção:** aplicada quando houver omissões ou falhas médias ou graves que possam ser corrigidas, devendo a **CONTRATADA** sanar as irregularidades em até **60 (sessenta) dias**.

III- Multas:

a) **Multa diária moratória:** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato por atraso no cumprimento das obrigações ou não atendimento da advertência dentro do prazo estabelecido.

b) **Multa por inexecução parcial ou atraso injustificado:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato, aplicada até o limite máximo de **30 (trinta) dias de multa**.

c) **Multa punitiva por descumprimento médio:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato.

d) **Multa punitiva por descumprimento grave:** 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato.

e) **Multa punitiva por rescisão contratual motivada pela inexecução injustificada do contrato:** 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do contrato.

f) **Multa punitiva por improbidade administrativa cometida em conjunto com agente público:** 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do contrato.

IV- **Suspensão temporária da prestação de serviços ou fornecimento de bens:** aplicada em casos que causem danos financeiros ou patrimoniais à Administração ou violem normas regulatórias.

V- **Rescisão contratual:** aplicada em casos graves ou por interesse público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste contrato.

10.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios do **contraditório e da ampla defesa**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

10.4. Caso seja aplicada multa, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores correspondentes dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite das penalidades aplicadas.

10.5. Se não houver créditos suficientes para cobrir as penalidades, a **CONTRATADA** será notificada para efetuar o pagamento do valor devido **em até 5 (cinco) dias úteis**.

10.6. Caso a **CONTRATADA** não realize o pagamento dentro do prazo estipulado, a cobrança será feita por meio judicial.

10.7. A aplicação das penalidades seguirá o seguinte procedimento:

- a) **Manifestação do fiscal do contrato**, com documentação comprobatória das infrações;
- b) **Análise e manifestação do gestor do contrato** sobre as irregularidades constatadas;
- c) **Notificação da CONTRATADA** para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;
- d) **Parecer da Procuradoria-Geral do Município** sobre o caso;
- e) **Decisão final do Prefeito Municipal** sobre a penalidade a ser aplicada;
- f) **Notificação da CONTRATADA** sobre o resultado do processo e imposição das penalidades, quando cabível.

10.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente da defesa prévia da **CONTRATADA**, **em situações urgentes**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b) Rescisão por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- c) Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 138 e 155 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

11.2. Caso a rescisão ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados.

11.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato em caso de **cisão, fusão ou incorporação** da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado.

11.5. A rescisão poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) Não fornecimento dos bens ou serviços contratados;
- b) Inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- c) Descumprimento de determinações do fiscal ou gestor do contrato.

11.6. O procedimento para rescisão seguirá a seguinte ordem:

- a) Manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- b) Manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- c) Notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa;
- d) Parecer da **Procuradoria-Geral do Município**;
- e) Decisão final da **CONTRATANTE**;
- f) Notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

11.7. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, as sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente de defesa prévia, quando a urgência assim exigir, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

12.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

12.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

13.1. As condições estabelecidas no **Edital do Pregão nº 90.013/2026** e na **proposta apresentada pela CONTRATADA** fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

13.2. Quaisquer modificações necessárias durante a vigência do contrato serão formalizadas por **termos aditivos**, conforme obrigações assumidas pela **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

14.2. Subsidiariamente, serão observadas as disposições do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)** e os princípios gerais dos contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

15.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

16.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

16.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

16.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20____

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se válido, legítimo e juridicamente adequado, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____